

THE PERIPHERAL MODERN URBANISM, Milton Santos
Brasília, setembro 2000

Sou muito sensível à delicadeza do convite formulado pelos organizadores desta reunião, e que me foi estendido por Frederico Holanda, para estar aqui presente.

Devo dizer que assumo – ou assomo – esta tribuna com grande e justificável medo. É tão difícil – primeiro – quando se pretende ser epistemólogo, ter uma linguagem que interesse imediatamente ou mecanicamente a epistemólogos de outras áreas e – segundo – é tão difícil falar de coisas que realmente pensa a um público internacional, já que os conceitos dificilmente atravessam as fronteiras. Há fronteira entre a geografia, ou geógrafos – melhor dizer assim – e os urbanistas, que constituem um desafio trazer alguma coisa que possa ser de algum interesse. Quem sabe essa fronteira a palmilhar juntos seja a própria cidade... talvez, mais que a cidade, o urbano.

O que me pedem para fazer pode à primeira vista parecer que é uma futurologia. Na verdade é muito menos do que isso e muito mais do que isso, já que o que me pedem para conversar aqui é sobre o futuro. E o fim do século XX afinal permite que o tratamento das utopias possa ser feito de forma científica – o velho sonho dos pensadores e dos homens de ciência – na medida que este fim do século XX aparece como uma grande tábua de salvação para os que pensam, já que, pela primeira vez na história do homem, temos diante de nós a idéia e o fato da universalidade empírica, isto é, é a primeira vez na história do homem, por conseguinte a primeira vez também na história do pensamento, em que o mundo se dá em todos os lugares na sua plenitude das coisas conhecidas – ou não – das relações conhecidas – ou não – como um sistema de dados empíricos, alguns dos quais tomados aqui ou ali para produzir a história dita concreta, enquanto outros jazem fora desta história concreta, mas prontos como coisa empírica concreta verdadeira para produzir uma nova história concreta. Então, a discussão do futuro se torna possível. Então, a idéia de utopia não pode mais ser chamada de vã. Então passa a ser nosso dever, em primeiro lugar, o dever de sermos, primeiro que tudo, utópicos, já que o trabalho do intelectual só o é verdadeiramente na medida em que ele se debruça, primeiro, sobre o interesse das maiorias, e, segundo, sobre o futuro possível. Que será esse futuro urbano? Que será _____ a possibilidade concreta de funcionalizar o nosso ainda não realizado? Como, na mente, reunir os elementos retirados da realidade já feita, ou, da realidade por fazer-se, os materiais com os quais esse futuro se tornará realidade? Começo lembrando aquela frase de Jean Jacques Rousseau, quando, a propósito das cidades, dizia ele: “A cidade não são as coisas. A cidade são as coisas mais as pessoas”. A cidade é, sobretudo, esse trabalho vivo tornado, afinal, trabalho universal sobre o trabalho morto que de universal também tem a cara... esse trabalho morto que é significado, valorizado pelo trabalho vivo... esse trabalho vivo que permite a operação intelectual indispensável de tornar socialmente significativa a coisa morta – a paisagem – através da vida que lhe atribuí a ação do homem. E este fim de século nos vem mostrar, mais do que outros séculos e milênios poderiam havê-lo feito, que a história se dá a partir desse dois pólos: o pólo da técnica e o pólo da política. Eu digo isso exatamente para poder conversar com os urbanistas que são os homens e mulheres que trabalham com as coisas e que imaginam que as coisas podem comandar a política, quando, se queremos que as coisas signifiquem socialmente, temos que concebê-las, as coisas, como algo que é produzido pela política. Creio que [ser] uma discussão indispensável na casa de todos os que trabalham os espaços, mas que é, sobretudo, indispensável na casa dos urbanistas, estes homens do espaço que trabalham muito mais com as coisas do que com as ações na sua transiência, porque, aparentemente trabalham com as ações já feitas e imaginam que essas ações defuntas podem ter eficácia sobre a vida.